

## DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AGROECOLOGIA: considerações sobre o acampamento Herdeiros da Terra de 1° de Maio

Roberto Antônio Finatto<sup>1</sup>  
Karin Cristina Siben Ribas<sup>2</sup>

### Resumo

A agroecologia, mais que uma alternativa de produção agrícola, funciona como um elemento estratégico para o desenvolvimento territorial. Nesse sentido, propomos a produção de um *desenvolvimento territorial agroecológico* amparado nos recursos materiais e imateriais dos diferentes territórios camponeses. Este texto tem por objetivo analisar a prática agroecológica no acampamento "Herdeiros da Terra de 1° de Maio", município de Rio Bonito do Iguçu, Paraná, Brasil e apontar alguns elementos desse processo que possibilitam o desenvolvimento territorial. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, observação participante e realização de entrevistas com os sujeitos que desenvolvem a agroecologia no acampamento citado. Apesar dos limites impostos pela situação própria de acampamento, os sujeitos conseguem se organizar e consolidar a agroecologia como uma atividade importante para a formação do território.

**Palavras-chave:** Agroecologia, Acampamento, Território.

### Introdução

A agroecologia se constitui como importante alternativa aos impactos negativos promovidos pela produção agropecuária convencional. Esses impactos são de diferentes ordens, tanto técnico-produtivos (dimensão ambiental), como socioeconômicos e políticos. Ao ressaltar o caráter paradigmático da agroecologia, Caporal (2008) afirma que ela se consolida como um novo enfoque científico que se nutre tanto das diferentes áreas do campo científico como dos conhecimentos e experiências dos próprios agricultores.

Diante do fato de se projetar sobre as condições – materiais e imateriais – dos territórios camponeses, a agroecologia permite alavancar um *desenvolvimento territorial ativo* (DEMATTEIS, 2008), isto é, uma proposta de desenvolvimento não subordinada às estruturas hierárquicas e estandardizadas, ligadas ao poder das corporações transnacionais do agronegócio. Assim, a agroecologia possibilita aos camponeses desenvolverem seus projetos com elevado grau de autonomia relativa ao capital. Nesse sentido, este trabalho pretende

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Laranjeiras do Sul. Grupo de Pesquisa em Educação do Campo, Cooperação e Agroecologia (GECCA). E-mail: [robertofinatto@gmail.com](mailto:robertofinatto@gmail.com)

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Laranjeiras do Sul. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA). E-mail: [karinsibenribas@gmail.com](mailto:karinsibenribas@gmail.com)

analisar como a agroecologia está se territorializando no acampamento Herdeiros da Terra de 1° de Maio, município de Rio Bonito do Iguçu, estado do Paraná, região Sul do Brasil.

O acampamento Herdeiros da Terra de 1° de Maio é resultado do protagonismo de mais de duas mil famílias, que em 17 de julho de 2014, ocuparam uma área da empresa madeireira Araupel nos municípios de Rio Bonito do Iguçu e Nova Laranjeiras. No espaço, as famílias cadastradas são organizadas de maneira a garantir que as estratégias de domínio, permanência e formação do território sejam efetivadas. No início da ocupação, todos os integrantes estavam acampados em um único espaço denominado de “Herdeiros I”. Mais tarde, estrategicamente, alguns sujeitos foram deslocados para outras áreas dando origem a mais cinco grupos, são eles: Herdeiros II (Alojamento), Herdeiros III (Lambari), Herdeiros IV (Guajuvira), Ponte e Eucalipto.

## Metodologia

A pesquisa contou com duas etapas básicas: revisão teórica sobre os temas centrais da pesquisa (agroecologia, território e desenvolvimento) e trabalho de campo para verificação dos processos de territorialização da agroecologia. A pesquisa de campo contou com observação participante e com a realização de entrevistas para a coleta de informações. Foram entrevistados/as dez agricultores/as nos seguintes espaços: Herdeiros I, Lambari e Guajuvira.

O roteiro semiestruturado para a realização das entrevistas foi organizado tendo como base a proposta de Dematteis (2008) para a identificação do Sistema Local Territorial (SLoT). O SLoT, além de ser um instrumento analítico, também contribui para o planejamento e a concretização de projetos em determinados territórios. Ele se estrutura a partir do que já existe em determinada área, considerando os seguintes elementos: (i) *a rede local de sujeitos*: composta pelas relações e interações entre os sujeitos, individuais e/ou coletivos, presentes ou que podem ser ativadas no território; (ii) *o milieu local*: é onde a rede local de sujeitos opera, considera-se o conjunto de condições favoráveis ao desenvolvimento, incluindo recursos materiais e imateriais (elementos simbólicos e subjetivos) próprios do local e historicamente construídos; (iii) *a relação de interação da rede local com o milieu e com os ecossistemas locais*: abarca as apropriações e transformações, simbólicas e materiais, dos recursos existentes (ou ativáveis) do *milieu* local no aspecto ambiental, cultural, estético, social e econômico; (iv) *a relação interativa da rede local com redes globais*: os valores

locais e globais interagem, comunicando-se e, conseqüentemente, modificando a composição da rede local e o *milieu*.

### **Por um desenvolvimento territorial agroecológico**

Na perspectiva que propomos trabalhar neste texto, consideramos que a agroecologia pode ser uma prática catalisadora capaz de contribuir para o desenvolvimento territorial no campo. Trata-se, nestes termos, de um *desenvolvimento territorial agroecológico* ancorado nos elementos presentes em uma área que, ao serem orientados para um determinado fim, possibilitam o aumento da autonomia relativa dos camponeses e a formação ou consolidação dos seus territórios.

Ressalta-se o caráter ativo dos sujeitos que produzem o território nesse processo e a necessidade de, a partir dos seus interesses e conhecimentos, construir propostas de desenvolvimento. Trata-se daquilo que Dematteis (2008, p.35) define como *territorialidade ativa*, “que deriva das ações coletivas territorializadas e territorializantes dos sujeitos locais e objetiva a construção de estratégias de inclusão”. Ao invés de serem transferidos comportamentos pré-definidos pelas estruturas de controle externas, como no caso das *territorialidades passivas*, nos territórios ativos “a territorialidade corresponde a mediações simbólicas, cognitivas e práticas entre a materialidade dos lugares e o agir social nos processos de transformação territorial” (DEMATTEIS, 2008, p.35).

Nesse contexto, pensar em territorialidade significa considerar relações produzidas pelo conjunto de sujeitos e instituições em determinada área. Ao articularem seus interesses e colocarem em prática os seus projetos, constituem os territórios. Como lembra Raffestin (1993, p.162) “a territorialidade aparece então como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade”. Mais adiante acrescenta que “a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder” (p.161 e 162). Essas relações se produzem tanto para fortalecer o projeto interno ao grupo como para produzir laços externos que venham a fortalecer a iniciativa localizada.

Ao tratar do desenvolvimento territorial numa perspectiva que gere autonomia aos sujeitos envolvidos, Saquet e Sposito (2008, p.29) pontuam que:

em vez de condicionar os lugares às técnicas e às tecnologias do chamado mundo moderno, é necessário, mais do que em outros momentos da história da humanidade, ajustar as técnicas e as tecnologias aos lugares, suas especificidades histórico-geográficas, ou seja, territoriais, no intuito de concretizar ações de desenvolvimento territorial com autonomia.

A construção territorial do acampamento decorre pelo engajamento e organização mútua dos sujeitos, compondo um grupo e almejando um objetivo comum: a terra. Entretanto, mesmo com o objetivo da conquista do pedaço de terra, o território é marcado pelas especificidades em cada integrante, o que inclui sua história de vida, cultura e ideais que, em certos momentos, contribuem enriquecendo as relações ali arranjadas, porém, em outros, criam certas conflituosidades.

Organizados, os produtores agroecológicos somam esforços na construção do desenvolvimento territorial, mesmo considerando os limites que a situação de acampamento impõe. Se há dificuldades materiais, a agroecologia contribui para superá-las diante das particularidades que assume enquanto sistema de produção. Ao romper com a lógica de produção capitalista na agricultura e, portanto, a dependência de insumos externos, ela possibilita o aproveitamento dos recursos locais para a produção e manejo nos agroecossistemas (lotes individuais ou coletivos).

### **A territorialização da agroecologia no acampamento**

*“Na verdade, o pobre produz a comida do rico, e o rico produz a comida do pobre. É por isso que eu digo assim: eu vou ser rico. Eu vou comer da minha própria produção (risos) porque eu vou comer a comida que o rico come”*  
 (Entrevistado A, Herdeiros I, 2017).

No acampamento, a produção agrícola é desenvolvida no sistema agroecológico e convencional, assim, os lotes cultivados pelos agricultores agroecológicos são isolados das outras áreas de produção, sendo boa parte do terreno contornado por mata nativa. Os lotes coletivos das três áreas de estudo (Herdeiros I, Lambari e Guajuvira) estão divididos em glebas que, por sua vez, suprem a necessidade diante da condição de produção de cada família.

Cada grupo agroecológico tem autonomia para se organizar da maneira que considerar mais adequada, como por exemplo, decidir sobre a frequência das reuniões e encontros. Porém, dentro do grupo, cada família é responsável por tomar a iniciativa do

plântio, colheita e buscar meios de comercialização, se for o caso. A coletividade é um elemento forte no território, principalmente quando há a necessidade de avançar a demarcação pelas terras, como na derrubada de árvores para expandir a produção.

Considerando que os simpatizantes da agroecologia são poucos, ter um lote “coletivo” é importante, pois fortalece e dá visibilidade ao grupo em meio aos produtores convencionais. É importante esclarecer que cada família cultiva individualmente a sua parcela dentro do lote coletivo. Embora reconheçam a importância da ajuda mútua e do trabalho coletivo, os agricultores apontam que essa não é uma prática do acampamento. Segundo o Entrevistado B (2017),

a ideia é trabalhar no coletivo, tipo algum dia da semana, vamos supor, o meu companheiro tem produtos já maduros e não consegue colher sozinho, o coletivo ia ajudar a colher, troca de dias e troca de experiências. Um ajuda na terra do outro, na lavoura do outro, pra conciliar o tempo e pra não haver perda dos produtos, mas de momento isso não existe (Entrevistado B, Herdeiros I, 2017).

Há, entretanto, aqueles que se manifestam com certa desconfiança em relação ao futuro do trabalho coletivo. Conforme o Entrevistado A (2017) “eu digo que é coletivo porque a gente não está em cima do lote. Mas quando for pra cima do lote eu não sei como que vai funcionar essa questão do coletivo. Tem pessoas que eu percebi que não gostam muito.” (Entrevistado A, Herdeiros I, 2017).

O espaço do “Herdeiros I” foi pioneiro na implantação de uma área para a agroecologia, protagonizada pelos agricultores que simpatizavam com a proposta, se reconheciam e sentiam a necessidade de uma alternativa à produção convencional (figura 01). A gênese do processo no acampamento teve a participação massiva de aproximadamente mil famílias convidadas pelas lideranças do acampamento que buscavam avançar com a pauta da agroecologia. Gradualmente, nessa área, o número se reduziu, restando não mais do que 50 famílias diretamente envolvidas na construção prática da produção agroecológica<sup>3</sup>.

Como resultado do trabalho das famílias participantes, a produção foi ampliando e melhorando a qualidade dos alimentos produzidos. Obviamente, o solo do lote coletivo do espaço Herdeiros I já passou por rotação de culturas, estando descompactado e coberto por uma diversidade de cultivares. A área, inclusive, já conta com a certificação orgânica

---

<sup>3</sup> Deve-se ressaltar que a diminuição no número de famílias também foi influenciada pela divisão do acampamento, surgindo assim outras áreas com grupos de agroecologia.

fornecida pela Rede Ecovida<sup>4</sup>. Como meio organizativo, o grupo conta com a atuação de um coordenador e um relator/secretário, promovendo reuniões mensais para a tomada de decisões coletivas e a socialização das informações recebidas pelas outras instâncias.



Fonte: pesquisa de campo, 2017.

**Figura 01 – Produção de alimentos em sistema agroecológico no acampamento “Herdeiros I”**

A paisagem do espaço Guajuvira, em especial, é composta em sua maior parte por espécies exóticas de *Pinus* e Eucalipto, característica que limita o avanço da produção agroecológica, já que demanda mão de obra e tempo para a sua derrubada, permanecendo vestígios no solo, como troncos e galhos, que acabam inviabilizando a utilização de máquinas agrícolas (figura 02).

---

<sup>4</sup> A Rede Ecovida foi criada em 1998 e seu funcionamento “está baseado na organização das famílias produtoras em grupos informais, associações ou cooperativas. Estas organizações se articulam com associações ou cooperativas de consumidores, ONGs e outras instituições e formam um Núcleo Regional, circunscrito a determinada área geográfica. Cada Núcleo tem uma coordenação com uma tarefa de animação e gestão. A soma dos diferentes núcleos (nos estados do RS, SC e PR) forma a Rede Ecovida de Agroecologia. A Rede também possui uma coordenação composta por representantes dos estados que além da função animadora, também possui uma função deliberativa” (ECOVIDA, 2017). A Rede Ecovida trabalha com a certificação orgânica na modalidade participativa. A *Certificação Participativa* tem como base um processo de geração de confiança entre os envolvidos no sistema de produção, as visitas para a análise da conformidade orgânica é realizada pelos próprios integrantes da rede (agricultores, técnicos, gestores e consumidores).



Fonte: pesquisa de campo, 2017.

**Figura 02 – A produção de alimentos (feijão, abóbora e milho) em contraste com a plantação de *pinus*.**

Os agricultores que residem no espaço Guajuvira promoveram no final de 2016 a primeira plantação, sendo recente o engajamento na agricultura. Assim, os camponeses estão no início do processo para conhecer as especificidades do solo e a melhor maneira de recuperação do mesmo: descompactação, adubação, cobertura vegetal, entre outros. O grupo está iniciando o diálogo para a certificação orgânica da área.

A área de produção agroecológica do espaço denominado “Lambari” possui dois anos e conta com a atuação de aproximadamente oito famílias, uma área já certificada com o selo de produção orgânica. Segundo os agricultores, o solo se apresenta fértil e, por enquanto, não há a necessidade de aplicação de insumos para a produção. A adubação verde, sobretudo com a *mucuna*, já é realizada.

Nesse espaço, o trabalho coletivo se dá de maneira mais intensa quando comparado com as outras duas áreas, principalmente nas colheitas, com as trocas de dias de serviço. Existe apenas um agricultor que possui maquinário (trator e descascador), logo, ele realiza prestação de serviço para os demais membros do grupo.

A construção do território de um acampamento do MST condiciona um estilo de vida em que os sujeitos estão muito próximos. Já não é o “eu”, mas sim, o “nós”: um coletivo que predomina. Nessa convivência, estreita e dialética, é comum a influência e a motivação de uns sobre os outros. No processo de reconhecimento/internalização das práticas agroecológicas não foi diferente: as conversas informais, diálogos e troca de conhecimentos sobre a

agricultura e a produção são elementos importantes que funcionam como ferramentas que alavancam o interesse, mostrando a existência de uma caminhada em que os sujeitos se motivam ao se depararem com a experiência dos demais.

Existe uma rica diversidade de sementes crioulas entre os agricultores agroecológicos (figura 03). Muitas espécies os acompanham antes mesmo do ingresso no acampamento, outras, foram adquiridas por meio de trocas com os camponeses acampados e/ou de diferentes regiões do Paraná, em feiras agroecológicas e na Jornada Estadual da Agroecologia.



Fonte: pesquisa de campo, 2017.

**Figura 03 – Sementes crioulas produzidas no acampamento ou trocadas entre os acampados.**

A troca das sementes é constante no acampamento. É uma troca solidária, harmoniosa, que fomenta a recuperação das espécies crioulas (muitas delas perdidas com o passar do tempo). As sementes crioulas garantem a qualidade da produção. Assim, a multiplicação das mesmas também significa a permanência da cultura camponesa.

### **As articulações e a formação de redes externas**

Inicialmente, cabe destacar a importância do MST para que o debate sobre a agroecologia surgisse no acampamento. Embora a maioria dos entrevistados possua uma



história de vida muito próxima com a agricultura em sistema tradicional (baixo uso de mecanização e uso eventual de insumos químicos e/ou agrotóxicos) a apropriação do significado da agroecologia ocorreu após a entrada no Movimento.

Conforme Gonçalves (2012), foi no 4º Congresso Nacional do MST, no ano 2000, que o MST assumiu o desenvolvimento da agroecologia como meta. Isso seria realizado por meio de um conjunto de práticas de produção e comercialização que tenham por princípio a sustentabilidade ecológica, a produtividade, a equidade, a justiça social e a viabilidade econômica e ambiental (GONÇALVES, 2012). Entretanto, segundo o autor, dificuldades financeiras e políticas enfrentadas pelo movimento fizeram com que o início da transição do modelo convencional de produção para o agroecológico encontrasse dificuldade para se efetivar.

Como espaço de formação e articulação em torno da agroecologia foi organizada a Jornada Paranaense de Agroecologia, tendo sua primeira edição em 2002, reunindo, além de integrantes do movimento, diversas instituições que também estavam trabalhando para o desenvolvimento da produção agroecológica. O evento, ligado à Via Campesina e de ocorrência anual, visa a formação política e aprimoramento técnico dos acampados e assentados por meio de palestras, oficinas, debates, entre outras atividades. Nesse processo, os agricultores trocam e produzem conhecimento que transforma a maneira com que trabalham na terra.

Na escala regional, o MST conta com a realização de projetos vinculados ao Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (Ceagro) e à Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Laranjeiras do Sul*. O Ceagro é responsável pela assessoria técnica dos assentamentos e acampamentos de reforma agrária do Centro-Sul do Paraná.

As atividades de formação em agroecologia realizadas até o presente momento foram conduzidas pelo Ceagro, pela Rede Ecovida e pela Universidade Federal da Fronteira Sul (*Campus Laranjeiras do Sul*) contando com a contribuição, tanto teórica quanto prática, de técnicos e professores especializados na área. Todos os produtores agroecológicos, em algum momento, tiveram acesso aos encontros formativos que, segundo dados coletados, foram realizados nos anos de 2015 e 2016. Durante as entrevistas ficou nítida a necessidade de formações para aprimorar a prática, considerando-se o fato de que essas atividades têm sido cada vez mais escassas e que muitos agricultores estão tendo contato com a agroecologia recentemente.

Nesse contexto, a Rede Ecovida desempenhou papel fundamental, sobretudo quando promoveu eventos que contribuíram para a sensibilização para a agroecologia. Segundo o Entrevistado C (2017) “a primeira coisa que eu participei foi no seminário da Rede Ecovida que teve em Marechal Cândido Rondon, no ano retrasado. Ali já veio muita coisa quando o Valdemar [*palestrante*] falava que a gente tem que pensar numa produção sustentável” (Entrevistado C, Lambari, 2017.).

Para os coordenadores dos grupos de produção orgânica aconteceu a vivência de experiências de produção agroflorestal no município de Barra do Turvo (São Paulo) e no assentamento Contestado, da Lapa (Paraná). Além do mais, os coordenadores e conselheiros de ética<sup>5</sup> de cada grupo agroecológico já com a certificação orgânica são convocados para participar de reuniões periódicas da Rede Ecovida.

No acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, os agricultores investem nas variedades de milho, feijão, arroz, amendoim, abóbora, batata doce, mandioca, adubos (mucuna branca e/ou preta) e, em menor quantidade, em variedades de hortaliças. A escala de produção, a princípio, atende primeiramente a demanda das famílias e, em segundo plano, surge a opção de comercialização.

Optar em comercializar a produção com sucesso não depende apenas do desejo do agricultor, mas sim, de fatores como, por exemplo, a disponibilidade de produção em diversidade e quantidade que atenda determinado mercado consumidor. Sobre o transporte, os agricultores dizem que não é o principal dos problemas no momento. Interessados em expandir as vendas, agricultores do espaço Lambari dialogaram sobre a possibilidade de promover uma feira agroecológica, um espaço e oportunidade para expor seus produtos, foi então que esbarraram na baixa disponibilidade da produção. Segundo o Entrevistado D,

se nós conseguirmos nos organizar no campo, e a cidade se organizar na sociedade da cidade com os trabalhadores urbanos, e se nós conseguirmos essa ponte, nós quebramos esses grandes complexos. E aí, nessa relação eu acho que tem sim que valorizar mais essa relação do ‘porta a porta’, de oferecer um produto: de repente é um início de um grupo mais organizado. E daí não vai ser a Dona Maria que vai dizer ‘óh, eu tô vendendo couve, eu que produzo’, não só a Dona Maria, eu tô representando um grupo de trabalhadores, eu participo e aí se tem uma linha de produtos, não só a couve, tem toda uma produção que eu não tenho, mas eu sei quem tem e aí vai fortalecendo, vai construindo essa grande teia, né? (Entrevistado D, Guajuvira, 2017.)

---

<sup>5</sup> Membros que atuam no processo de Certificação Participativa da produção orgânica.

Nesse cenário, a realidade de uma parte dos entrevistados que optam pela venda de seus produtos é pelo método “porta a porta” no próprio município entre os cidadãos conhecidos, já que o mercado consumidor urbano é limitado; outros conseguem vender, eventualmente, produtos que apresentam durabilidade maior em feiras e eventos do próprio MST. Diante disso, há, ainda, a necessidade de consolidar a produção para, posteriormente, organizar os canais de comercialização ajustados à lógica produtiva do acampamento.

### **Considerações finais**

As características encontradas e analisadas da construção do Sistema Local Territorial no acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio indicam a presença de elementos fundamentais para o fortalecimento das práticas agroecológicas. A rede local de sujeitos ali delineada permite o engajamento e a unidade dos integrantes.

O *milieu* local do acampamento proporciona as condições ambientais para a produção de alimentos (feijão, arroz, milho, amendoim, abóbora e árvores frutíferas) e sociais com os vínculos construídos a partir do movimento entre os sujeitos, o que facilita as trocas de saberes, conhecimentos, experiências e produtos entre os acampados de cada grupo.

A pesquisa identificou que cada grupo agroecológico é autônomo, tendo pouca ou nenhuma influência entre si. A distância física entre os seis espaços do acampamento limita maiores interações, como reuniões, conversas e trocas. Além do mais, se dispersar para áreas que antes não eram habitadas, muito menos cultivadas, atrasou consideravelmente o processo de desenvolvimento da agricultura, causando ainda a fragmentação (do grupo maior de produtores agroecológicos), resultando na existência de grupos menores com poucas pessoas, perdendo força para potencializar a agroecologia no território.

Por outro lado, a relação interativa da rede local com as redes globais enfrenta um caminho árduo de concretização, já que há poucos recursos financeiros destinados pelas instituições parceiras e ausência do poder público, resultando em dificuldades com a assessoria técnica, constância de produção, momentos formativos e no transporte dos produtos, dificultando a construção de um mercado para os mesmos. Como alternativa, os agricultores utilizam encontros e feiras para, estrategicamente, não apenas comercializar e/ou trocar a produção, mas também como meio de politizar e divulgar a existência de produtores

realmente comprometidos com a agroecologia.

Entendemos, assim, que a consolidação da agroecologia é um processo gradativo e que encontra sérios limites em função da situação de acampamento em que os sujeitos encontram-se. Há, entretanto, o desejo de pertencimento ao local e a afirmação da prática agroecológica como alternativa viável, são subjetividades que funcionam como alavancas para o desenvolvimento territorial agroecológico. Enquanto que no início dos diálogos sobre a agroecologia predominava um sentimento de desconfiança, agora, com a materialização das áreas de produção, os sujeitos – cada qual a seu tempo – internalizaram os ideais agroecológicos e iniciam um processo de formação de verdadeiras “redes de agroecologia” (FINATTO, 2016) ao articularem os diferentes elementos do e no território.

### **Referências Bibliográficas**

CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L (Orgs.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio, e recursos naturais**. Brasília: Embrapa Cerrados, 2008. v.1, p. 895-929.

DEMATTEIS, G. Sistema Local territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular. 2008. p.33-46.

ECOVIDA. **Como a rede funciona?** Disponível em < <http://ecovida.org.br/sobre/>>. Acesso em 24 de setembro de 2017.

FINATTO, R. A. Redes de Agroecologia e Produção Orgânica na região Sul do Brasil. **RA’E GA - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 38, p. 107 - 145, dez. 2016. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/42242>>. Acesso em: 18 set. 2017.

GONÇALVEZ, Sérgio. O modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná. In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2012, Uberlândia/MG. **Anais do...** Uberlândia: UFU, 2012, p.1-21.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E; S. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.15-31.